

Agora é greve nacional! Vamos pra cima defender o que é nosso!



Plenária das três federações em Brasília votou a favor da greve nacional em defesa dos trabalhadores

Aprovamos paralisação nacional em reação à Medida Provisória 595/12 — que cria novos regulamentos para o setor — em plenária, nesta terça-feira (19), em Brasília, com a Federação Nacional dos Portuários (FNP), Federação Nacional dos Estivadores (FNE) e Federação Nacional dos Avulsos (Fenccovib). As atividades serão interrompidas por seis horas na sexta-feira (22), das 7h às 13h, e na terça-feira (26), das 13h às 19h.

A decisão de suspender as atividades, que estava prevista para quinta-feira (21), foi antecipada porque o prazo para análise das emendas pela Comissão Mista do Congresso Nacional é curto e tivemos receio de que a MP fosse aprovada sem debate com os trabalhadores.

Podemos declarar greve nacional se não houver modificações no modelo de exploração para os portos. Nesta quarta-feira (20), o nosso presidente Ernani Pereira Pinto participa de manifestação no Congresso Nacional para defender emendas de interesse dos portuários.

“O governo não ouviu a classe trabalhadora e não respeitou a organização dos sindicatos. A categoria atua de forma propositiva e está preocupada com a questão social. Não queremos que o poder caia na mão de poucos, mas que esteja com o suor do trabalhador”, destacou Ernani.

PARALISAÇÃO NACIONAL

Seis horas de atividades interrompidas em todos os portos

> **Primeira greve**

Quando: na sexta-feira, dia 22

Horário: das 7 às 13 horas

> **Segunda greve**

Quando: na terça-feira, dia 26

Horário: das 13 às 19 horas

ASSEMBLEIA REGIONAL

Data: 21 de fevereiro (quinta-feira)

Horário: 8 horas (1ª convocação)

8h30 (2ª convocação)

Local: sede do Sindicato dos Estivadores, Centro, Vitória-ES

Pauta: Análise, discussão e deliberação sobre a proposta de paralisação tirada na Plenária Nacional das três Federações no dia 19 de fevereiro.

- Manutenção do estado de greve



Suport-ES defende os trabalhadores em seminário no Rio

Plenário estava lotado e contou com vários companheiros. André Moreira e Ernani destacam a importância da união neste momento de luta pelo nosso mercado de trabalho

O debate sobre a Medida Provisória 595 também foi o assunto para o nosso presidente, Ernani Pereira Pinto, e o nosso advogado André Moreira, do setor jurídico do Suport-ES. Eles foram palestrantes no seminário “Medida Provisória 595/2012 – Desafios, Questionamentos e o Futuro dos Portos Organizados no Século XXI”, que aconteceu na terça-feira (19), no Rio de Janeiro.

Os palestrantes foram convidados pelo Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Rio de Janeiro no evento do Suport-ES em comemoração aos 20 anos da entidade, que também debateu o assunto.

Em sua palestra, Ernani sugeriu a união dos advogados dos sindicatos para debater os assuntos de ordem jurídica e organizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). “Proponho uma mobilização de maneira efetiva, de forma que possamos sensibilizar o governo e o Congresso de que vai haver prejuízos para os trabalhadores, principalmente de Companhias Docas e avulsos.

As mudanças previstas trazem ameaças ao mercado de trabalho, uma vez que as medidas propostas desregulam direitos já conquistados pelos trabalhadores. A MP é inconstitucional, pois a lei não pode retroagir nos direitos já adquiridos.

Além disso, os argumentos para que a MP fosse proposta também não são plausíveis, uma vez que não há urgência em vários pontos, conforme explica o advogado André Moreira.

“Uma das condições para se apresentar uma Medida Provisória é o caráter de urgência da matéria, o que não é o caso da MP 595. O assunto é relevante, mas

não é urgente, pois republicaram várias normas que já existiam e ao mesmo tempo desregulamentaram assuntos que estavam regulamentados na Lei 8.630/93. Por isso, as alterações deveriam ter passado por um processo legislativo normal. Isso nada mais é do que um interesse político de donos de instalações portuárias”, disse Moreira.

E ele completa defendendo o movimento de paralisação: “Acredito que deve haver uma greve nacional. O trabalhador tem que utilizar de seu instrumento de pressão. A MP 595 traz insegurança jurídica para as relações de trabalho que estão sendo construídas há 20 anos”.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Rio de Janeiro, Sergio Giannetto, a pauta é estar junto com o Espírito Santo e outros estados. “O evento foi um sucesso. Ficamos muito entusiasmados com a capacidade do setor jurídico do Suport-ES de fazer um trabalho tão criterioso e claro, de forma que os portuários pudessem entender”, disse.

Giannetto destacou o apoio do deputado federal Glauber Braga para salvar os avulsos, a guarda portuária, o CAP e o Consad. O conselheiro da OAB Nacional pelo Rio de Janeiro Wadih Damous se comprometeu a submeter ao Conselho Federal o pedido de ajuizamento de Adin contra a MP 595 no STF. A OAB, centrais sindicais e confederações são as entidades que podem ajuizar Adins.

“O governo está nos desafiando. Não nos escutaram e agora, infelizmente, vamos para uma briga séria. Vamos bater firme e usarmos as nossas armas para sermos ouvidos. É uma regressão”, concluiu Giannetto.

SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.

O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO

Acesse nosso site: www.suport-es.org.br